

MULHER, UM CONCEITO UNIVERSAL? A IDENTIDADE DA “MULHER” ENQUANTO MECANISMO DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO FEMINISMO HEGEMÔNICO

WOMAN, A UNIVERSAL CONCEPT? THE IDENTITY OF “WOMAN” AS A MECHANISM OF SYMBOLIC VIOLENCE IN HEGEMONIC FEMINISM

Haylana Almeida Burite¹

Resumo: O presente ensaio acadêmico fundamentado em revisão bibliográfica objetiva demonstrar a correlação entre a universalização do sujeito “mulher” e a manutenção de práticas não emancipadoras. Trata-se de uma crítica à imobilidade social e ao reforço do patriarcalismo a partir da dualidade mantida entre mente e corpo no feminismo hegemônico. Para tanto, foram analisadas as perspectivas do pós-

-feministas, na visão da filósofa pós-estruturalista estadunidense, Judith Butler; e do feminismo negro, na concepção da socióloga afro-americana, Patricia Hill Collins.

Palavras-chaves: Sujeito do feminismo. Renovação feminista. Opressão na identidade da “mulher”. Violência simbólica.

Abstract: This academic es-

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

say based on a literature review aims to demonstrate the correlation between the universalization of the subject “woman” and the maintenance of non-emancipatory practices. It is a critique of social immobility and the reinforcement of patriarchy from the duality maintained between mind and body in hegemonic feminism. Therefore, the perspectives of post-feminists were analyzed, in the view of the American post-structuralist philosopher Judith Butler; and black feminism, in the conception of the African-American sociologist Patricia Hill Collins.

Keywords: Subject of feminism. Feminist renewal. Oppression in the identity of “woman”. Symbolic violence.

Introdução

O pesquisador que se debruce sobre o estudo do feminismo compreende que, para o pensamento feminista hegemônico, a terminologia “mulher” representa uma identidade comum, mas ainda são insuficientes os debates sobre quais elementos constituem o ser mulher. Assim, a pós-estruturalista Judith Butler incita um questionamento pertinente: existem traços comuns entre as “mulheres”, preexistentes à sua opressão, ou estariam as “mulheres” ligadas em virtude somente da opressão?” (BUTLER, 2003: p. 21).

Tal abordagem revisionista indica uma análise detalhada sobre os conceitos de gênero e sexo, demonstrando que frequentemente há a confusão desses conceitos, os direcionando para uma conclusão binária e limitada das possibilidades de expressão desse sujeito do feminismo.

Nesse cenário, pensadoras de diferentes correntes do feminismo, como as pós-feministas e o movimento feminista negra, trazem leituras múltiplas sobre o porquê ser “mulher” não deve ser uma concepção radicalmente construída, com focos diferentes, sendo no primeiro caso uma abordagem focada na sexualidade e no segundo caso centrada nos aspectos étnicos-raciais.

Diante do entendimento das limitações do feminismo predominante, esse trabalho mobiliza o conceito de violência simbólica por encontrar elementos que silenciosamente e contraditoriamente reforçam o falocentrismo e o patriarcalismo. O intuito do trabalho é introduzir ao leitor um pensamento heterodoxo, no qual releva-se a violência contida em uma retórica feminista dominante que aprecia a supressão das diversas formas de violência social.

Segundo bell hooks (2019), a despeito da violência patriarcal contra mulheres permanecer como preocupação primária, importa que a pauta principal do movimento feminista seja o fim de todas as formas de violência. Mas o feminismo tornado hegemônico não corresponde a tal exigência (BARROS, 2020: p. 103).

Feminismo e a invenção das “mulheres”

O feminismo clássico, enquanto movimento social, na sua origem, considerou necessário a definição do significava ser mulher devido a condição de submissão, marginalização e opressão que aquele grupo se encontrava. A representação política trouxe visibilidade e legitimidade para essa categoria que

antes possuíam pouco ou nenhuma representatividade nos espaços de poder, ou seja, esse termo estável deu voz a sujeitos que aparentemente viviam realidades individuais e, de certa forma, não representavam uma unidade. Sob essas condições, a categoria “mulher” criou uma agenda feminista que estava pautada mais ou menos em vivências de opressão patriarcal parecidas.

Hodiernamente, há rupturas com essa interpretação clássica de que o sujeito “mulher” rígido é condição necessária para a representação política. A partir do interior do discurso feminista surgiram leituras revisionistas que entendem a política representacional como danosa, porque especialmente devido à acentuada discordância quanto a quais indivíduos deveriam ser englobado o termo mulheres.

Foucault observa que

os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que subsequentemente passam a representar. As noções jurídicas de poder parecem regular a vida política em termos puramente negativos - isto é, por meio de limitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo “proteção” dos indivíduos relacionados àquela estrutura política, mediante uma ação contingente e retratável de escolha. Porém, em virtude de a elas estarem condicionados, os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências delas. Se esta análise é correta, a formação jurídica da linguagem e da política que representa as mulheres como “o

sujeito”do feminismo é em si mesma formação discursiva e efeito de uma dada versão da política representacional (BUTLER, 2003: p. 18).

Nesse contexto, os interesses feministas clássico em definir a ontologia do seu sujeito perante as suas pautas homogêneas, não atende a demanda contemporânea heterogênea e complexa que não só entende o gênero enquanto um dos múltiplos elementos de uma pessoa, como também nota a imprecisão do conceito de gênero, que é interpretado de diferentes maneiras a depender do contexto sócio-cultural e histórico analisado e “porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e religiosas de identidades discursivamente construídas” (BUTLER, 2003: p.

20).

O feminismo clássico assume que sua teoria é universal, mesmo em diferentes culturas, em virtude de um machismo universal que atravessa as mulheres da mesma forma. Essa dominação masculina uniforme e replicada em diversos contextos perpassaria criando uma experiência comum do ser mulher, induzindo ao questionamento: o que de fato significa esse termo para além da dominação masculina? Sendo reduzido aos padrões de opressão, a mulher é definida como um “outro”, irrepresentável, sem essência para além do sujeito universal, masculino, ou seja, é uma ausência, algo que mesmo com os esforços para se tornar protagonista da sua própria vida, para ser emancipada, se fundiu à premissas machistas e se reduziu mais do que se libertou e, principalmente, excluiu ou-

tras “mulheres”.

O feminismo hegemônico apegou-se ao gênero; à ele foi dada toda prioridade. Isso trouxe consequências importantes. A principal delas foi que mulheres brancas assumiram a linha de frente do movimento. Eram elas as donas, embora convocassem todas as outras para aderir. Não havia captação, por exemplo, do pensamento das mulheres negras/não brancas, o que, para Hooks, simbolizava uma sororidade não genuína (BARROS, 2020: p. 105).

A restrição das políticas feministas foi consequência direta do monopólio do discurso por mulheres brancas, cisgênero, heterossexuais, de classe privilegiada e ocidentais. “Por não fazer oposição direta ao status quo, à

estrutura existente, chegou a ser apoiado pelo patriarcado convencional, que considerou legítimas somente as exigências de mulheres com privilégios de classe” (BARROS, 2020: p. 105).

Nesse contexto, a presunção política de que a categoria “mulher” indica uma identidade comum se tornou um contestável, porque mesmo no plural “mulheres” não há um todo homogêneo que sofra o patriarcalismo da mesma forma e intensidade e, como já foi discutido, ser mulher em concomitância aos padrões de opressão masculinos e falocêntricos se traduz como a perpetuação de uma violência simbólica velada.

É fundamental reconhecer, portanto, que as “mulheres” não só são “mulheres”, pois considerar essa afirmação verdadeira dificulta o pertencimento no movimento. Dessa forma faz-se

necessário reconhecer os lugares diferentes de onde essas “mulheres”, ampliando as pautas e discussões do feminismo para que esse se torne verdadeiramente democrático e inclusivo.

Se o movimento feminista aborda a questão específica de gênero; o movimento negro, racial; o movimento LGBT, de orientação sexual; qual deles uma mulher que é negra e lésbica, como ela, deveria escolher? Aliás, ela precisa escolher uma opressão determinada contra qual lutar? Lorde afirmava, em contrapartida, conforme explica Ribeiro, que não se pode negar uma identidade para afirmar outra, pois fazer isso não corresponde a uma transformação real, mas mero reformismo (BARROS, 2020: p. 106-107).

O binarismo na construção do sujeito do sexo/gênero/desejo

Para a pensadora judia, Judith Butler, o feminismo clássico já tornou claro que gênero e sexo são distintos, uma das frases mais replicadas que atentam nisso é a da teórica existencialista francesa, Simone de Beauvoir “a gente não nasce mulher, torna-se mulher” em sua obra magna, O segundo sexo. Nessa interpretação hegemônica, sexo é definido biologicamente e gênero é uma construção sociocultural.

Butler, tem um viés mais radical sobre esses dois conceitos, alegando que o gênero não pode ser fixado na ideia de sexo, ou seja, o gênero não pode ser binariamente derivado de características biológicas. “Mesmo que os sexos pareçam não problematizadamente binários em sua morfo-

logia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número dois” (BUTLER, 2003: p. 24).

Em decorrência dessa análise, é razoável uma postura reflexiva sobre o termo “sexo”: Quais são as carectéricas biológicas do ser “mulher” ou “homem”? É preciso corporificar a feminilidade ou masculinade? O sexo se baseia na anatomia, nos cromossos ou nos hormônios presentes em um corpo? Nota-se que mesmo na concepção mais tendenciosamente neutra e biológica, o sexo é definido por um discurso científico-político que alega que determinadas formas de ser se configuram como ser mulher ou ser homem, isto é, também uma construção.

É o gênero tão variável e volitivo quanto parece sugerir a explicação de Beau-

voir? Pode-se, nesse caso, a noção de “construção” reduzir-se a uma forma de escolha? Beauvoir diz claramente que a gente “se torna” mulher, mas sempre sob uma compulsão cultural a fazê-lo. E tal compulsão claramente não vem do “sexo”. Não há nada em sua explicação que garante que o “ser” que se torna mulher seja necessariamente fêmea. Se, como afirma ela, “o corpo é uma situação”, não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva (BUTLER, 2003: p. 27).

Logo, diante da problemática da distinção sexo/gênero, Butler não só revela o qual arbitrária ela é, como também revela que gênero e sexo não são naturais e são incorporados à lógica do discurso. Todavia, deve-se considerar que os corpos são sociabilizados por meio da percepção de gênero/sexo que esse indivíduo expressa/performa, isso significa dizer que nem “toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada” (BUTLER, 2003: p. 28).

A pós-estruturalista cria o conceito de gêneros inteligíveis para definir a manutenção da coerência entre o sexo, gênero e sexualidade, em virtude do que a autora percebeu como sendo o sujeito do feminismo nada mais é do que a clara continuidade da expectativa de um sexo/gênero/desejo facilmente compreensível pautados em uma oposição ao

“eu” significador masculino.

Para tornar mais claro, Butler entende que não só o gênero é entendido como uma consequência do sexo, como também o gênero é resultado de um corpo diferenciado sexualmente e essa distinção se dá em meios heteronormativos. Algumas vertentes do feminismo inclusive atestam que o gênero é uma relação, uma oposição, e não um atributo individual do sujeito “mulher”.

A noção de que pode haver uma “verdade” do sexo, como Foucault a denomina ironicamente, é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes. A heterosexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas

entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e fêmea”. A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” - isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do sexo nem do “gênero” (BUTLER, 2003: p. 39).

Dessa forma, percebe-se que a heterossexualidade compulsória também é um discurso fixado nas abordagens feministas dominantes e as relações dicotomia sexo/gênero/desejo são mantedoras de um binarismo que não serve para a emancipação

da “mulheres”, sendo necessário que identidades alternativas sejam inclusas no feminismo, flexibilizando o sujeito ao qual se dirigem suas políticas.

O outsider within na autodenominação da identidade da mulher negra

Outra perspectiva possível sobre o ser “mulher” é apresentada pela feminista afro-americana Patricia Hill Collins no seu artigo aprendendo com a outsider within: a significação do pensamento feminista negro. Para tanto, a autora mobiliza os conceitos de autodefinição e autoavaliação das mulheres negras, que vivem uma situação denominada outsider within, isto é, são consideradas um “estrangeiras de dentro” e, por isso, sofrem um sistema de opressão de natureza interligada.

Collins assim como

Butler defende que não há somente uma forma de ser mulher, mesmo que a socióloga ativista do feminismo negro não discuta sobre as incongruências entre gênero, sexo e sexualidade. Essa relação entre as duas pensadoras é expressa logo pelo título do artigo, o termo *outsider within* denota que algumas mulheres, especificamente, mulheres de cor negra possuem particularidades e experienciam a realidade de uma outra forma do que as mulheres brancas que fundaram o pensamento feminista predominante.

A mulher negra vive uma realidade dicotômica de *insider* e *outsider*, a princípio vive uma relação aparentemente harmônica com seus patrões brancos, que muitas vezes a consideram como um membro da família, mas “apesar de seu envolvimento, permaneceriam como *outsiders*” (COLLINS, 2016:

p.100).

A autora também aponta que a estereotipação da identidade do sujeito do feminismo não é positiva, sob nenhuma circunstância, porque esses discursos homogeneizadores controlam e desumanizam as mulheres sejam elas brancas ou negras, mas de diferentes formas, haja vista que esses indivíduos são socializados de formas distintas.

Minha mãe costumava dizer que a mulher negra é a mula do homem branco e que a mulher branca é o seu cachorro. Agora, ela disse isso para dizer o seguinte: nós fazemos o trabalho pesado e apanhamos, quer façamos um bom trabalho ou não. Mas a mulher branca está mais próxima do patrão, e ele faz um carinho em sua cabeça e a deixa dormir dentro de

casa, mas não vai tratar nenhuma das duas como se estivesse lidando com uma pessoa (GWALTNEY, 1980: p. 148 apud COLLINS, 2016: p. 103).

Collins disserta que embora seja possível falar sobre a categoria “mulher negra”, essas mulheres não possuem reivindicações uniformes, porque, assim como já foi discutido pela Butler, ser mulher e ser negra são somente duas das especificidades de um sujeito. Nesse contexto, o feminismo negro representaria politicamente “diferentes expressões de temas comuns” (COLLINS, 2016: p. 102).

Ao manejar os conceitos de autodefinição e autoavaliação percebe-se que o feminismo negro assume um papel de resistência aos discursos hegemônicos que definiram o “eu” feminino.

Em primeira análise,

definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. O status de ser o “outro” implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Nesse modelo, homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo branco masculino. Como foi negada às mulheres negras a

autoridade de desafiar essas definições, esse modelo consiste de imagens que definem as mulheres negras como um outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos (COLLINS, 2016: p. 105).

O papel da autodefinição no feminismo negro incita outra conexão presente na teoria butleriana. Nesse sentido, ambas concordam que caso o feminismo continue excludente, a “mulher” será interpretada como um “outro” oposto ao masculino, que é superior e toda dominação implica o menosprezo das qualidades subjetivas do oprimido. Por isso, as autoras defendem uma maior abrangência da identidade do ser “mulher”, mesmo que nem todos os sujeitos possam ocupar essa categoria, o que, deveria ser

explicitado nas duas obras.

Cabe destacar que nem todos os tópicos são semelhantes entre a teoria do feminismo negro e do pós-feminismo. Na teoria da socióloga Patricia Collins, por exemplo, ela aborda a natureza interligada das opressões de raça, gênero e classe, o que para a Butler existe sim uma natureza interligada nas formas de dominação, mas são dadas por outros aspectos de gênero, sexo e sexualidade. Contudo, é comum a noção de que o feminismo deveria abranger essas concepções de forma holística, já que “a escolha entre se identificar enquanto negra ou mulher é um produto da estratégia patriarcal de “dividir e conquistar” (DILL, 1983: p. 136 apud COLLINS, 2016: p. 109).

Considerações finais

Diante da discussão apresentada até o seguinte tópico, nota-se como diagnóstico a presença da violência simbólica na manutenção de uma fixa identidade da “mulher”, pois tal qual definiu o filósofo Pierre Bourdieu, na sua obra *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*, a misoginia está baseada, não na violência física, mas sim submissão moral e psicológica da mulher.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que vissem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a

dominação masculina sobre a qual se alicerça (BOURDIEU, 2012: p. 18).

Assim, para mitigar a violência simbólica discursiva que subjuga as mulheres, é necessário, primeiro que o conhecimento sobre as problemáticas da imobilidade e da não emancipação feminina derivadas da tradicional concepção de mulher seja cada vez mais discutida em meios acadêmicos e que esse discussão consiga sair do ambiente estritamente acadêmico; segundo é necessário, que o feminismo se renove, com vertentes mais plurais que questionem as supostas verdades inquestionáveis do feminismo clássico.

subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

Referências bibliográficas

BARROS, Matheus Guimarães de (2020), Violência simbólica no feminismo hegemônico: mulheres e vulnerabilidade. Revista Anãnsi. Salvado. Consultado a 22.02.2022, em <https://revistas.uneb.br/index.php/anansi/article/view/9593>.

BOURDIEU, Pierre (2012), A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BUTLER, Judith (2003), Problemas de gênero: feminismo e

COLLINS, Patricia (2016), Aprendendo com a outsider within: a significação do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado v. 31 n. 1. online. Consultado a 21.02.2022, em <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzs-GrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>.

GOMES, Vera (2015), A questão da identidade da “mulher” e a necessidade de um “feminismo negro”. Revista Temporalidades. Online. Consultado a 23.02.2022, em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/>

download/5629/3562/18207.